



Estado da Paraíba
 Prefeitura Municipal de João Pessoa

EDIÇÃO EXTRA

SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 28 de setembro a 04 de outubro * nº 1133 * Pág. 001/03

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 12, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTS. 5º, 13, 14, 25, 26, 27, 31, 42, 43, 44, 45, 46, 70, 77, 78, 79, 80, 81, 93, 98, 110, 119, 122, 125, 184, 195, 217, 220 E 221 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, ACRESCEM OS ARTS. 110-A E 127-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DA CÂMARA DOS VEREADORES DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 158 do regimento interno e o artigo 18 da lei orgânica municipal, faz saber que o poder legislativo aprova e promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º. Os arts. 5º, 13, 14, 25, 26, 27, 31, 42, 43, 44, 45, 46, 70, 77, 78, 79, 80, 81, 93, 98, 110, 119, 122, 125, 184, 195, 217, 220 e 221 da Lei Orgânica passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º....."

XI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico dos servidores públicos;
 (NR)

"Art. 13 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o disposto no art. 14, desta lei, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

XI - criar, transformar e extinguir cargos, empregos ou funções públicas e fixar a remuneração da administração direta, autárquica e fundacional;

XIII - aprovar as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, a legislação de controle de uso, de parcelamento e de ocupação do solo urbano;

XV - delimitar o perímetro urbano e o de expansão urbana;

XVIII - aprovar o Código de Obras e de Edificações;

XIX - legislar sobre a criação, organização e funcionamento de Conselhos e Comissões.
 (NR)

"Art. 14....."

I - eleger sua Mesa, bem como destitui-la, na forma regimental;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta, acompanhando sua gestão e avaliando seu resultado operacional, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, sempre que solicitado;

XX - fixar, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente;

XXI - fixar, observado o que dispõe os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;

XXII - fixar para cada exercício financeiro, a remuneração dos Secretários Municipais, atendidas as disposições dos artigos 37, inciso XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal.

XXIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
 (NR)

"Art. 25 -"

§ 6º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, ressalvada a hipótese do § 5º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 7º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária da Câmara, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação." (NR)

"Art. 26 -"

§ 1º As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

VII - Requisitar ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, que proceda, em prazo determinado, às inspeções e auditorias necessárias à apuração de denúncias de irregularidades em órgãos e entidades da administração municipal.

....." (NR)

"Art. 27 -

VI - medidas provisórias.

§ 1º Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Câmara Municipal, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma vez, por igual período, devendo a Câmara Municipal disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 5º A deliberação sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de 60 (sessenta dias), contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada.

§ 8º Caberá à comissão de Constituição e Justiça examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas pelo plenário.

§ 9º É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 10 Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até 60 (sessenta) dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 11 Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto." (NR)

"Art. 31 - A iniciativa popular será exercida pela apresentação de Projeto de Lei à Câmara Municipal, do interesse específico do Município, cidade, distrito ou bairros através da manifestação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado respectivo.

....." (NR)

"Art. 42 -

Parágrafo único - O controle externo será exercido pela Câmara, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e o julgamento das contas da Mesa da Câmara." (NR)

"Art. 43 - As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente até o dia 31 de março,

devendo, a partir desta data, durante no mínimo 60 (sessenta dias), uma das vias permanecer à disposição, na Câmara e no Tribunal, para exame e apreciação de qualquer contribuinte, que poderá questionar sua legalidade, nos termos da lei. As referidas contas se comporão de:" (NR)

"Art. 44 - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores

públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

....." (NR)

"Art. 45 - As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 1º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

§ 2º - As contas da Câmara Municipal serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente a que for atribuída essa incumbência." (NR)

"Art. 46 -

Parágrafo único - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, sob pena de responsabilidade solidária." (NR)

"Art. 70 -

V - a administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado, no prazo previsto em lei federal, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos, sob pena de responsabilidade da autoridade ou do servidor que negar ou retardar a sua expedição;

VII - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei;

VIII - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

XI - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

XIII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei federal específica;

XVI - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 77, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito - Ricardo Vieira Coutinho

Secretário de Gestão Governamental e Articulação Política - Antônio Barbosa Filho
Secretária de Administração - Suelma de Fátima Bruns

SEMANÁRIO OFICIAL

Romildo Lourenço da Silva
Coordenação Gráfica

Oriêide Maria de Oliveira Leão
Chefe da Unidade de Atos Oficiais

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Governo e Articulação Política
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340 - Pabx: 83 3218.9765 - Fax: 83 3218.9766
oleio@joaopessoa.pb.gov.br

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa - Criado pela Lei Municipal nº 617, de 21 de agosto de 1964

Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica - Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900 - Fone: 3218.9038 - Fax: 3218.9017 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

XVII - Lei poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados como limite máximo e no âmbito dos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelo Prefeito;

XIX - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do Serviço Público;

XX - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XXI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário observado em qualquer caso o disposto no inciso XVII:

a) a dois (02) cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

XXII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas e mantidas pelo Poder Público;" (NR)

"Art. 77 - O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 70, XVI e XVII.

§ 3º A lei poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 70, XVII.

§ 4º Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 5º Lei disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e

racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 6º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do §4º deste artigo." (NR)

"Art. 78 -

I - vencimento fixado em lei, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

II - irredutibilidade de vencimento, salário e remuneração, ressalvado o disposto nos incisos XVI e XX do art. 70 e os artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

III - garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo;

IV - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

VI - salário-família pago em razão do dependente do servidor de baixa renda, nos termos da lei;

VII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução do expediente, a critério da Administração;

VIII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IX - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

X - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal;

XI - licença à gestante sem prejuízo do emprego e da remuneração, com prazo fixado no art. 221, § 6º desta lei;

XII - (Declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba);

XIII - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XIV - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

XV - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XVI - proibição de diferença de remuneração, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XVII - aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, e revisão dos proventos da aposentadoria na forma e condições previstas na Constituição da República." (NR)

"Art. 79 - Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto na Constituição Federal.

I - (Revogado);

II - (Revogado);

III - (Revogado);

1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

§ 3º - (Revogado).

§ 4º - (Revogado).

§ 5º - (Revogado).

§ 6º - (Revogado)." (NR)

"Art. 80 - São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade." (NR)

"Artigo 81 -

Parágrafo único - (Revogado)." (NR)

"Artigo 93 -

I -

b) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 da Lei Federal 8.666 de 1993;

d) locação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei no 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal inclua-se tal atribuição;

h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

II -

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

§ 1º - Os imóveis doados com base na alínea "d" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

§ 2º - A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel." (NR)

"Artigo 98 - O Município, preferencialmente à venda ou à doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência nos termos da lei.

Parágrafo único - (Revogado)." (NR)

"Artigo 110 -

I -

c) (Revogado).

d) serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II da CF, definidos em lei complementar.

IV - contribuição cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício deles, de sistemas de previdência e assistência social;

V - contribuição de iluminação pública.

§ 1º - Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, o imposto previsto na alínea 'a' do inciso I poderá:

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

§2º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e, nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§3º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§4º - A arrecadação e a fiscalização dos tributos municipais são de competência do poder público.

§5º - O Município coordenará e unificará serviços de fiscalização e arrecadação de tributos, bem como poderá delegar à União, Estados e outros Municípios e deles receber encargos de fiscalização tributária." (NR)

"Artigo 119 -

Parágrafo único - (Revogado)." (NR)

"Art. 122 -

§ 2º -

III - disposições sobre as alterações na legislação tributária;

IV - autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, pelas unidades

governamentais da Administração Direta ou Indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Político Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, obedecidas as especificações do artigo 127-A;

V - equilíbrio entre receitas e despesas;

VI - critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas em lei federal que estabelece normas gerais de finanças públicas; (Inciso acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº. 12/2008)

VII - disciplinamento das condições para a transferência de recursos para o setor público ou privado;

VIII - o Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais, cujos elementos são estabelecidos em lei federal que estabelece normas gerais de finanças públicas;

IX - forma de utilização e montante da Reserva de Contingência, a qual estará contida na lei orçamentária anual.

§ 3º -

IV - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público." (NR)

"Artigo 125 -

IV - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

V - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, pela Constituição Federal e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º do art. 167, ambos da Constituição Federal;

X - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, da CF para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social." (NR)

"Artigo 184 -

§1º -

IX - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público municipal, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos." (NR)

"Artigo 195 - É dever do município garantir o atendimento das crianças de zero a cinco anos de idade, em creches, pré-escolas e nos locais de moradia." (NR)

"Art. 217 -

§ 4º - O Poder Municipal destinará em cada exercício orçamentário um percentual mínimo da ordem de 15% do total das receitas próprias e transferidas para o setor de saúde, até que o percentual definitivo seja regulado pela Lei Complementar citada no art. 198, § 3º da Constituição Federal." (NR)

"Artigo 220 -

§ 2º - O direito da criança e do adolescente à educação determina a obrigatoriedade, por parte do Município, de oferta a todas as famílias que desejarem, da educação especializada e gratuita em instituições como creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos, bem como o ensino universal, obrigatório e gratuito." (NR)

"Artigo 221 -

§ 4º - É obrigatória, para as entidades da Administração Indireta, inclusive as fundações instituídas pelo Poder Público Municipal, que contam com mais de cem empregados, a criação e manutenção de creches destinadas ao atendimento dos filhos menores de cinco anos de seus servidores." (NR)

Art. 2º A Lei Orgânica passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 110-A e 127-A:

"Art. 110-A. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

- I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou funções por eles exercidas, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III - cobrar tributos:
 - a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
 - c) antes do decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.
- IV - utilizar tributo com efeito de confisco;
- V - estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo;
- VI - instituir impostos sobre:
 - a) patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - b) templos de qualquer culto;
 - c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
 - d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso III, c, não se aplica à fixação da base de cálculo do tributo previsto na alínea "a" do inciso I do artigo 110.

§ 2º - A proibição do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados aos seus fins essenciais ou deles decorrentes.

§ 3º - As proibições do inciso VI, alínea "a" e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As proibições expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 7º - A lei poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido."

"Artigo 127-A - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei federal que estabelece normas gerais de finanças públicas.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
 - II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- § 2º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste, e, durante o prazo fixado em lei complementar, o Município adotará as seguintes providências:
- I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
 - II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 3º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 4º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 5º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 6º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 3º."

Art. 3º. São revogados o Parágrafo único do artigo 77; os incisos I, II, III e suas alíneas "a", "b", "c" e "d" e os § 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 79; Parágrafo único do artigo 81; Parágrafo único do art. 98; alínea "c" do inciso I do art. 110 e o Parágrafo único do artigo 119.

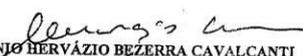
Art. 4º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2008.


DURVAL FERREIRA DA SILVA FILHO
Presidente


JOSÉ FREIRE (ZEZINHO) BUTAFOGO
1º Vice-Presidente


GERALDO AMORIM DE SOUZA
2º Vice-Presidente


ANTÔNIO HERVÁZIO BEZERRA CAVALCANTI
1º Secretário


PEDRO ALBERTO DE ARAÚJO COUTINHO
2º Secretário

VALDIR JOSÉ DOWSLEY
3º Secretário

EXTRATO

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1513/08

Partes	Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa como contratante e a SERMANTEC SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO TÉCNICA LTDA.
Objeto	Aquisição de equipamentos para as usinas de oxigênio de propriedade da Secretaria
Razão do aditivo	Alterar a Cláusula Segunda que passa a ter a seguinte redação: 2.1. Os recursos financeiros necessários ao custeio do Contrato são do SUS, nas seguintes dotações orçamentárias: Classificação Funcional Programática: 10.302.5005.2054 - Manter a Assistência Médico Hospitalar do Hospital Geral Santa Isabel; Classificação Funcional Programática: 10.302.5005.2058 - Manter a Assistência Médico Hospitalar do Instituto Cândida Vargas; Classificação Funcional Programática: 10.302.5005.2057 - Manter a Assistência Médico Hospitalar do Complexo Hospitalar Professor Humberto Nóbrega. Elemento de despesa: 44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente.
Demais cláusulas	Permanecem inalteradas.
Data	22 de setembro de 2008.

João Pessoa, 22 de setembro de 2008.

Rosana Maria Barbosa Meira
Secretária de Saúde

EXTRATO DE CONVÊNIO

Instrumento: Convênio nº 20/2008
Participes: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, por meio da Secretaria da Educação e Cultura e a Unidade Executora CAIXA ESCOLAR ANAYDE BEIRIZ.
Objeto: Estabelecer obrigações mútuas entre a SEDEC e a UEX, visando a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, sob a forma de escolarização da merenda destinada aos alunos matriculados no ensino municipal de João Pessoa.
Vigência: 10.03.08 à 10.01.09
Signatários: Ariane Norma de Menezes Sá, pela Secretaria da Educação e Cultura do Município de João Pessoa e Marcos Antônio de Freitas Azevedo, pela UEX.
Data da Assinatura: 04.09.08.

João Pessoa, 03 de Outubro de 2008.

Ariane Norma de Menezes Sá
 Secretária de Educação e Cultura

TERMO DE RATIFICAÇÃO

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 489/2008**

Objeto do Contrato nº 526/08
 Contratação do TRIO BEIJA FLOR representado por JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA, que fará apresentação, no dia 03 de setembro do corrente ano, a partir das 20:30h, encerrando a vernissage da exposição "Clemens Holzmeister: Um Arquitecto na Virada dos Tempos" em parceria com o consulado da Áustria, no Casarão 34.

Com base nas informações referentes à Inexigibilidade de Licitação nº 489/2008, fundadas em parecer jurídico e em despacho proferido pela Comissão Permanente de Licitação e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO, RATIFICO E ADJUDICO o objeto, em favor do TRIO BEIJA FLOR representado por JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA, CPF sob o nº 110.648.384-72, pelo valor global de R\$ 600,00 (seiscentos reais), para contratação do objeto em referência, fundamentada no Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e Cumpra-se. João Pessoa, 02 de setembro de 2008.

Laureci Siqueira dos Santos
 Diretor Executivo

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 490/2008**

Objeto do Contrato nº 533/08
 Contratação de GEOVANDO OLIVEIRA DE ARAÚJO, cantor, que fará apresentação, no dia 26 de setembro do corrente ano, a partir das 17:00h, no coquetel de encerramento do II Encontro de Secretárias da PMJP, no Espaço L4 Tertúlia.

Com base nas informações referentes à Inexigibilidade de Licitação nº 490/2008, fundadas em parecer jurídico e em despacho proferido pela Comissão Permanente de Licitação e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO, RATIFICO E ADJUDICO o objeto, em favor de GEOVANDO OLIVEIRA DE ARAÚJO, CPF sob o nº 885.881.144-53, pelo valor mensal de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), para contratação do objeto em referência, fundamentada no Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e Cumpra-se. João Pessoa, 15 de setembro de 2008.

Laureci Siqueira dos Santos
 Diretor Executivo

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 491/2008**

Objeto do Contrato nº 534/08
 Contratação de MARIA APARECIDA LEMOS TONET, fotógrafa, que fará curadoria, palestra (dia 30/10) e exposição intitulada de "Cuba Outro Olhar", no Casarão 34, no período da 30 de outubro a 12 de novembro de 2008.

Com base nas informações referentes à Inexigibilidade de Licitação nº 491/2008, fundadas em parecer jurídico e em despacho proferido pela Comissão Permanente de Licitação e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO, RATIFICO E ADJUDICO o objeto, em favor de MARIA APARECIDA LEMOS TONET, CPF sob o nº 232.812.602-00, pelo valor mensal de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentas reais), para contratação do objeto em referência, fundamentada no Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e Cumpra-se. João Pessoa, 15 de setembro de 2008.

Laureci Siqueira dos Santos
 Diretor Executivo

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 492/2008**

Objeto do Contrato nº 535/08
 Contratação de WALTER WAGNER MONTEIRO RANSEL, artista, que fará curadoria da Exposição Coletiva intitulada "Nomadismo Cultural", que contará com participação dos artistas Aleks Bartosik - Canadá, Bárbara Rodrigues - Recife, Fúlvio Molina - São Paulo, Fernando Augusto - Vitória e Luciana Guldorzi - São Paulo, no período de 24/09 a 14/10 de 2008.

Com base nas informações referentes à Inexigibilidade de Licitação nº 492/2008, fundadas em parecer jurídico e em despacho proferido pela Comissão Permanente de Licitação e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO, RATIFICO E ADJUDICO o objeto, em favor de WALTER WAGNER MONTEIRO RANSEL, CPF sob o nº 676.643.774-04, pelo valor global de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para contratação do objeto em referência, fundamentada no Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e Cumpra-se. João Pessoa, 23 de setembro de 2008.

Laureci Siqueira dos Santos
 Diretor Executivo

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 493/2008**

Objeto do Contrato nº 536/08
 Contratação de FABIO FREIRE ALVES, clarinetista, que fará apresentação com a Orquestra de Câmara da Cidade de João Pessoa, em Concerto Oficial com o Maestro Convidado Miguel Gilardi no dia 25 de outubro na Estação Ciências Cabo Branco e também em Concerto Comemorativo de Natal a ser realizado no dia 20 de dezembro de 2008, encerrando a programação anual da referida Orquestra.

Com base nas informações referentes à Inexigibilidade de Licitação nº 493/2008, fundadas em parecer jurídico e em despacho proferido pela Comissão Permanente de Licitação e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO, RATIFICO E ADJUDICO o objeto, em favor de FABIO FREIRE ALVES, CPF sob o nº 073.875.034-43, pelo valor global de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), referente as duas apresentações, para contratação do objeto em referência, fundamentada no Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e Cumpra-se. João Pessoa, 29 de setembro de 2008.

Laureci Siqueira dos Santos
 Diretor Executivo

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 494/2008**

Objeto do Contrato nº 537/08
 Contratação de ELNAÉM DE CASTRO SILVA, trompista, que fará apresentação com a Orquestra de Câmara da Cidade de João Pessoa, em Concerto Oficial com o Maestro Convidado Miguel Gilardi no dia 25 de outubro na Estação Ciências Cabo Branco e também em Concerto Comemorativo de Natal a ser realizado no dia 20 de dezembro de 2008, encerrando a programação anual da referida Orquestra.

Com base nas informações referentes à Inexigibilidade de Licitação nº 494/2008, fundadas em parecer jurídico e em despacho proferido pela Comissão Permanente de Licitação e em cumprimento aos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO, RATIFICO E ADJUDICO o objeto, em favor de ELNAÉM DE CASTRO SILVA, CPF sob o nº 058.136.584-12, pelo valor global de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), referente as duas apresentações, para contratação do objeto em referência, fundamentada no Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e Cumpra-se. João Pessoa, 29 de setembro de 2008.

Laureci Siqueira dos Santos
 Diretor Executivo



Limpeza

0800 832425

www.joaopessoa.pb.gov.br

